



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

ATA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA GESTÃO 2020/2022 DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, REALIZADA AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2020(DOIS MIL E VINTE) DE FORMA VIRTUAL NA PLATAFORMA ZOOM

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas e cinco minutos, no plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros, reunido virtualmente, na forma da convocação, em razão da impossibilidade de reunião presencial face a Pandemia da Covid-19, no endereço de acesso previamente disponibilizado aos associados. Verificado o quórum com a presença dos sócios que assinaram virtualmente o livro de presença (art.54, § 1º do Regimento Interno), na forma da identificação e autorização de acesso constante da plataforma utilizada em caráter excepcional, foi declarada aberta a sessão pela presidente nacional, Dra. Rita Cortez, que compôs a mesa com a Secretária-Geral, Dra. Adriana Brasil Guimarães e o Diretor Secretário, Dr. Antônio Laért Vieira Júnior, a quem a secretaria dos trabalhos foi confiada. Dra. Rita Cortez cumprimentou a todos e todas, agradecendo a presença dos sócios e sócias identificados na plataforma tecnológica emergencial nessa nossa décima quarta sessão plenária virtual da Casa de Montezuma. A presidente, iniciou os trabalhos lamentando pelas mortes que continuam a ceifar vidas de amigos e amigas, brasileiros e brasileiras que temos perdido. Disse sobre a carta sobre direitos e prerrogativas dos advogados a ser subscrita por várias entidades da advocacia, tais como IAB, AASP, etc. Falou sobre dois Convênios que serão firmados em breve. Na sequência, passou a palavra a secretária-geral, Adriana Brasil Guimarães, que fez recomendação aos presentes sob as regras da sessão ordinária virtual, para o melhor andamento dos trabalhos, esclarecendo que iríamos cumprir rigorosamente o tempo regimental e que a plataforma em uso foi adaptada para melhor aproveitamento e fluência dos trabalhos da sessão, realçando regras de utilização da plataforma *zoom* no que concerne, especialmente, ao fechamento dos microfones, lembrando as disposições do Regimento Interno do IAB: os relatores irão dispor do tempo regimental de 10(dez) minutos para apresentação dos pareceres e os



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (51) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

consócios que desejarem esclarecimentos gozarão de 3(três) minutos para suas intervenções, mediante inscrição prévia pelo *chat*(sala de bate-papo) que será controlado por esta que vos fala e pelo Dr. Laért Vieira, sendo esclarecido que ao final desse tempo a palavra será automaticamente emudecida, mediante aviso prévio ao orador faltando um (1) minuto, tendo, recomendado evitar a repetição de argumentos já utilizados pelos antecessores e se possível cada um dos presentes se identificar na tela com seu nome, lembrando que os pareceres e indicações constantes da pauta estão sempre disponibilizados no *site* do IAB para exame prévio dos associados e que a votação se dará por tela de enquete que aparecerá na tela com as opções: sim, não e abstenção tendo, na sequência, devolvido a palavra a presidente. Cumprindo a ordem do dia foi anunciado o **PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** 1 -

INDICAÇÃO Nº 075/2019. AUTOR DA INDICAÇÃO: Dr. Sérgio Luiz Pinheiro Sant'Anna. **MATÉRIA:** Extinção de Fundos Públicos. **EMENTA:** Proposta de Emenda à Constituição nº 187/19 (PEC dos Fundos Públicos). Institui reserva de Lei Complementar para a criação de fundos públicos. Extingue fundos públicos infraconstitucionais. Desvinculação de receitas para pagamento da Dívida Pública. Violação ao Princípio Federativo. Necessidade de análise pormenorizada e específica de cada fundo infraconstitucional afetado pela proposta, cujos recursos estão vinculados a áreas sensíveis. **PALAVRAS CHAVE:** Fundos Públicos. Políticas Públicas. Pacto Federativo. Obrigação tributária. Desvinculação de receita. Análise da Constitucionalidade. **RELATOR:** Dra. Gisela Gondim Ramos, da Comissão de Direito Constitucional. Foi concedida a palavra a relatora que disse que a ideia é que esses fundos sejam extintos nas três esferas federativas e caso algum tivesse interesse de permanecer teria que ter nova lei. A relatora destacou quatro questões relevantes sobre o tema. A primeira, é que o tema tem reserva de lei complementar; a segunda, extinguir fundos públicos nos três entes federativos viola a autonomia desses entes, o que torna a PEC inconstitucional. Disse que a PEC esclarece que, para manter essas leis, se faz necessário novo processo legislativo criando novas dificuldades, o que a seu ver afeta os artigos 25, § 1º e 30 da CRFB. A terceira, é que a PEC mantém a obrigatoriedade de recolhimento para os fundos a serem extintos,



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

o que configura desvio de finalidade pela generalidade, consagrando assim uma segunda inconstitucionalidade. A quarta inconstitucionalidade da PEC está na desvinculação temporária de receita com os dois anos para ratificar o fundo e a utilização do *superávit* financeiro da receita desses fundos o que pode criar grandes problemas. O art. 5º da PEC alterado na CCJ do Senado permite esvaziar os fundos públicos constitucionais o que configura uma inconstitucionalidade, porque não excepcionar os fundos públicos constitucionais. Qual a lista dos fundos que seriam extintos - 248 ou 243 - como consta na grande imprensa. Inclui o FGTS, apesar de não ser fundo público. Dependendo do objeto do fundo, a PEC é inconstitucional por esvaziar objetivos sensíveis - saúde, educação, etc. - O parecer é pela inconstitucionalidade da PEC com encaminhamento ao Conselho Federal da OAB. A presidente agradeceu a relatora. Pediu a palavra o 1º Vice-Presidente do IAB, Dr. Sydney Sanches que disse que essa PEC era prova do desmantelo do Estado brasileiro - lazer, saúde, educação, cultura. Informou o orador que o Fundo Setorial do Audiovisual, formado pela taxa da CONDECINE que irá representar o encerramento das atividades do setor, enfatizando, porém, que a extinção do fundo, curiosamente, não extinguirá a taxa que o forma e o mantém. O diretor secretário, Laért Vieira, aplaudiu o parecer e se congratulou com a relatora, lembrando a todos o seu belíssimo livro sobre comentários ao EAOAB publicado pela OAB/SC editora, já em sua sétima edição. O consócio, Dr. Miro Teixeira pediu a palavra que lhe foi concedida para aplaudir o parecer e solicitar a remessa do mesmo a alguns ministérios. Lembrou que o volume de Emendas Constitucionais (EC) é assustador. Emendas Constitucionais tem que se referir a um dispositivo e não a cento e dez dispositivos como consta em uma EC, sublinhando a necessidade do IAB se debruçar sobre o tema, num seminário com essa finalidade. Pediu a palavra o consócio, Dr. Jorge Folena que lembrou que o FGTS é um grande pecúlio dos trabalhadores brasileiros, como já definiu sua natureza jurídica o STF, sendo absurda a extinção desses fundos com a finalidade de pagamento da dívida pública, como consta expressamente no art. 2º dessa PEC. Essa PEC representa o fim de tudo o que é público, como aliás é o projeto desse governo, numa agressão e destruição de direitos humanos consagrados. Na sequência, fez uso da



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

palavra o consócio, Dr. Hariberto Miranda Jordão Filho que louvou o parecer. A palavra foi dada por fim ao indicante, Dr. Sérgio Luiz Pinheiro Sant'Anna, que se associou a todos que aplaudiram o parecer, solicitando ao plenário sua aprovação. Colocado em votação, o parecer restou aprovado: 100% - Sim. 0% - Não. A presidente, agradeceu a todos e especialmente a relatora, informando que o parecer, por se tratar de tema importantíssimo e caro à sociedade brasileira, será encaminhado também a líderes dos partidos com assento no Congresso Nacional e ao Conselho Federal da OAB. A presidente lembrou a todos a presença do IAB no Consultor Jurídico, Migalhas e Revista Justiça e Cidadania, canais de divulgação onde também o Instituto tem marcado presença. A presidente sugeriu a relatora artigo sobre o tema para ser veiculada nessas publicações, lembrando ao consocio Miro Teixeira, encaminhar por indicação a ideia de seminário sobre emendas constitucionais (EC) e Alterações nas Ações Cíveis Públicas (ACP). Cumprindo a pauta, a presidente chamou e colocou em votação as **PROPOSTAS DE SÓCIOS PARA SEREM VOTADAS: MEMBRO EFETIVO PROPOSTO: DR. THALES DYEGO DE ANDRADE COELHO, PROPONENTES: DRA. RITA DE CÁSSIA SANT'ANNA CORTEZ E DR. DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA** – dizendo se tratar do representante estadual do IAB no Maranhão(MA) e integrante da OAB-MA: aprovado 100%. Na sequência informou que estão disponibilizadas no *site* do IAB com o currículo dos indicados as **PROPOSTAS DE SÓCIOS PARA SEREM LIDAS: MEMBRO EFETIVO PROPOSTO: DRA. KELLY CRISTINA DE ANDRADE BANHOLI, PROPONENTES: DR. ARNON VELMOVITSKY E DR. LUIZ FELIPE CONDE; MEMBRO EFETIVO PROPOSTO: DRA. JUNE CIRINO DOS SANTOS, PROPONENTE: DRA. MARCIA DINIS; MEMBRO EFETIVO PROPOSTO: DR. JUAREZ CIRINO DOS SANTOS, PROPONENTES: DRA. MARCIA DINIS E DR. ALEXANDRE MOURA DUMANS.** A presidente, cumprindo a ordem do dia, concedeu a palavra aos ORADORES INSCRITOS: 1)Hariberto Miranda Jordão Filho que defendeu a necessidade de anteprojeto de constituição federal a ser apresentado pelo IAB, como já aconteceu em três oportunidades anteriores, face a transformação da CRFB de cidadã



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

em não cidadã e se encontrar a atual fora da atualidade. Disse que já falou sobre o tema com o presidente da comissão de direito constitucional que deve discutir o assunto no seio da comissão. A presidente, cumprindo a ordem do dia, passou a palavra ao Diretor Secretário, Antônio Laért Vieira Júnior que anunciou os eventos agendados de 22.10.2020 até 27 de outubro de 2020, destacando o 4º Colóquio de 35 anos da CRFB e o seminário internacional da ESIAB a se realizar nos dias 29 e 30.10.2020, referindo o que vem sendo realizado pelo Instituto, em que pese as limitações da crise sanitária, registrando *leves e webinars* semanalmente agendadas e ocorridos e por se realizar como os eventos anunciados, recomendando a todos visitar com frequência o *site* e a TV IAB no *youtube*, além das mídias sociais onde o Instituto marca presença. Foi informado que na próxima sexta-feira, 23.10.2020, às 16 horas haverá cerimônia de posse de novos associados em sessão extraordinária Nada mais havendo a tratar, às 19:30h a presidente da mesa, Dra. Rita de Cássia Sant'Anna Cortez, declarou encerrada a sessão eu, Antônio Laért Vieira Júnior, como secretário dos trabalhos, lavrei a presente Ata.

Rita de Cássia Sant'Anna Cortez

Presidente do IAB Nacional

Antônio Laért Vieira Júnior

Diretor Secretário do IAB e Secretário da sessão